

Influência das plataformas educacionais digitais na prática pedagógica¹

Egle Müller Spinelli²

Tania Hoff³

Isabela Afonso Portas⁴

Sabrina Generali⁵

Tamara Natale de Moraes⁶

Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM

Resumo

Abordamos, neste artigo, os impactos da obrigatoriedade do uso de plataformas educacionais na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos da plataformização na educação, a partir da imposição do consumo de tecnologias na prática docente. Analisamos dados coletados por meio de questionário online aplicado em 2024 junto a educadores do Ensino Fundamental e Médio, a partir dos conceitos de plataformização (Van Dijck; Poell, 2018), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2017) e dataficação (Lemos, 2023). Como resultados, a análise dos 135 questionários sugere que a implementação das plataformas no sistema educacional provoca consequências no trabalho docente pelo controle e monitoramento de metas e avaliações, bem como no engajamento dos alunos nas atividades escolares.

Palavras-chave: Comunicação; educação; plataformas educacionais; plataformização da educação; tecnologia.

Introdução

Desde 2023, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) implementou o uso obrigatório de plataformas educacionais para controle de frequência, notas e conteúdos pré-selecionados (Mello, 2024). A partir desse contexto, este trabalho visa analisar como a plataformização da educação (Van Dijck; Poell, 2018) interfere nos processos de ensino e aprendizagem.

Metodologia

Este estudo apresenta uma abordagem quantitativa, derivada de achados obtidos a partir de pesquisa sobre o uso e consumo de mídias e plataformas educacionais em 2024. Trata-se de um recorte de pesquisa longitudinal realizada pela Cátedra Maria Aparecida

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas do Consumo (ESPM-SP). E-mail: egle.spinelli@espm.br

³ Doutora em Comunicação, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas do Consumo (ESPM-SP). E-mail: thoff@espm.br

⁴ Doutoranda em Comunicação e Práticas do Consumo (ESPM-SP). E-mail: isabelafonso1109@gmail.com

⁵ Doutora em Comunicação e Práticas do Consumo (ESPM-SP). E-mail: sabrinagenerali@gmail.com.

⁶ Doutoranda em Comunicação e Práticas do Consumo (ESPM-SP). E-mail: tamaranatale@gmail.com

Bacega (PPGCOM ESPM) desde 2019. Da amostra de 135 educadores, 65,5% eram professores e 34,5% gestores escolares do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

Fundamentação teórica

A crescente inserção de plataformas digitais nas práticas escolares tem impulsionado um processo de plataformização da educação (Van Dijck; Poell, 2018), que transcende a adoção de tecnologias e revela transformações estruturais nas práticas pedagógicas. Trata-se de um processo intimamente ligado às estratégias do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2017), nas quais plataformas digitais transformam dados educacionais em ativos comerciais. Tal lógica considera "o uso da tecnologia na educação como ideologia, isto é, como um mecanismo chave para promover os valores e agendas dos interesses hegemônicos dominantes na educação" (Selwin, 2017, p.19). Desenvolve-se ainda uma "governamentalidade algorítmica" (Lemos, 2023), decorrente dos processos de dataficação e de performatividade algorítmica que, a partir da coleta e do processamento de dados, monitora e vigia conforme perfis preestabelecidos.

A BNCC defende a integração de tecnologias ao ensino, buscando usos mais democráticos e conscientes, bem como a participação na cultura digital (Brasil, 2018). No entanto, é preciso refletir sobre a sua implementação no processo pedagógico. Para tanto, resgatamos a perspectiva de uma "educação bancária" (Freire, 1987), tendo em vista a importância de práticas pedagógicas que desenvolvam pensamento crítico, para a formação de sujeitos sociais participativos e emancipados (Freire, 1996).

Análises e resultados

Os resultados evidenciam o uso crescente de plataformas e ferramentas digitais. Em 2022 e 2023, 95% dos educadores afirmavam fazer uso de plataformas com os estudantes. Em 2024, o indicador subiu para quase 98%. Enquanto em 2023 apenas 6% dos educadores acreditavam em implicações negativas quanto ao uso das plataformas educacionais, esse número saltou para 28,9% em 2024. Ao serem questionados sobre a intencionalidade de uso de mídias e plataformas digitais em suas aulas, 48,9% dos respondentes indicou apenas seguir instruções da SEDUC.

Os dados indicam "que a imposição e a metrificação da atividade docente a partir do uso de plataformas está gerando um impacto negativo na prática pedagógica, conforme a percepção dos educadores" (Spinelli *et al.*, 2025, p. 23), o que sugere uma agenda política em detrimento de uma política educacional que promove o desenvolvimento relacional e participativo entre os sujeitos e deles com a sociedade em que vivem.

Conclusão

Plataformas deveriam ser ferramentas de apoio para os professores e não algo impositivo. O uso obrigatório implica em um processo pedagógico pré-formatado que desconsidera necessidades e desafios de contextos educativos específicos, o que pode diminuir o interesse dos estudantes pelo aprendizado e reduzir o desenvolvimento de habilidades que requerem mais reflexão e criticidade. O desafio consiste em equilibrar o uso das plataformas para que elas sejam um recurso tecnológico-pedagógico enriquecedor

do processo de aprendizagem e não um prejuízo, ao distanciar professores e alunos da realidade e da construção de conhecimento crítico.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://x.gd/aWFqV>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEMOS, A. O Futuro da Sociedade de Plataformas no Brasil. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, 46, 2023. Disponível em: <https://x.gd/qkN18>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MELLO, D. SP: comunidade escolar critica imposição de uso de plataforma digital. **Agência Brasil**, São Paulo, 24 maio 2024. Disponível em: <https://x.gd/Hp2yZ>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SELWYN, N. Um panorama dos estudos críticos em educação e tecnologias digitais. In: ROCHA, C.; EL KADRI, M.; WINDLE, J. (Orgs). **Diálogos sobre tecnologia educacional**. São Paulo: Pontes, 2017, p.15-40.

SPINELLI, E. *et al.* Relatório Survey com educadores da Educação Básica 2024. São Paulo: ESPM, 2025. Disponível em: <https://x.gd/pSUK6>. Acesso em: 8 jun. 2025.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Social media platforms and education. In: BURGESS, J.; MARWICK, A; POELL, T. (Orgs.), **The SAGE Handbook of Social Media**. London: Sage, 2018, p. 579-591.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.